



MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2021

Por deliberação da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, de 27 de abril de 2021, foi aprovada a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2021, tendo sido criados os seguintes postos de trabalho:

- 1 Técnico Superior - Área de Arquitetura Paisagística, a afetar à Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida;
- 1 Assistente Técnico - Área dos Sistemas de Informação Geográfica, a afetar à Unidade de Águas e Manutenção de Vias.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N. 6/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA DEZANOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E
VINTE E UM

(Contém folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **José Gabriel do Álamo de Meneses**-----
VEREADOR **José Gaspar Rosa de Lima**-----
VEREADORA **Raquel Gomes Caetano Ferreira**-----
VEREADOR **Guido de Luna da Silva Teles**-----
VEREADOR **Paulo Alexandre Silva Lima**-----
VEREADOR **Marcos Duarte Machado Couto**-----
VEREADOR **António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra** -----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

5. Primeira alteração ao Mapa de Pessoal - 2021

5.1 Int. 1321 – Proposta de **primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2021**, tendo em vista a introdução dos seguintes postos de trabalho: -----

- **Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida:** 1 técnico superior (área de arquitetura paisagística);-----
- **Unidade de Águas e Manutenção de Vias:** 1 assistente técnico (área dos sistemas de informação geográfica).-----

Para deliberação do órgão executivo municipal, no sentido de submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com esta alteração e deliberou submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos citados termos legais.(147/2021/CMAH)**-----

6. Nomeação do auditor externo – certificação legal de contas do Município

6.1 Ent. 16292 – Proposta no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal **para nomeação do auditor externo, tendo em vista a certificação legal de contas do Município, a empresa Santos Vaz, Trigo de Morais e Associados, SROC, Lda**, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 77.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com esta proposta e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, para nomeação do ROC, nos citados termos legais.(148/2021/CMAH)**-----

7. TERAMB, EM – Comunicação das condições contratuais do empréstimo a longo prazo

7.1 Int. 1874 - Comunicação da **TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e**

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2021

Aos 27 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um pelas nove horas e trinta minutos no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores secretários municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Margarida Leonardo Fortuna, Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge da Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Michele Soveta Aguiar.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Houve resoluções aprovadas mas nada foi feito, parece que vai cair o Carmo e a Trindade sempre que se fala no controlo das populações dos bichinhos e ridiculariza-se quem acha que eles já são demais e têm que ser reduzidos porque primeiro estão as pessoas.

Sr. presidente da Câmara – O município tem já alguma experiência nesta matéria porque há uns anos fizemos com grande sucesso o controlo de densidade de gaivotas no aterro sanitário.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Com envenenamento por chumbo?

Sr. presidente da Câmara – Exatamente. Foi a solução possível e as coisas correram relativamente bem. Contudo, o município só o pode fazer no espaço público ou nos seus edifícios, ou seja, isto terá que ser solicitado pelos proprietários dos prédios. A Câmara pode agir sobre os pombos que voem nos espaços públicos mas temos um problema adicional porque a lei sobre o uso de armas proíbe disparos a menos de 250 metros das casas, o que significa que não podemos ir para o Jardim Público ou para a Praça Velha matar pombos com uma arma qualquer. Temos aqui dois mecanismos legais contraditórios. A Câmara pode pedir para corrigir a densidade populacional dos pombos mas não é possível matá-los a tiro.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2021, tendo em vista a introdução dos seguintes postos de trabalho:

- Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida:
- Um Técnico Superior. (Área de Arquitetura Paisagística).
- Unidade de Águas e Manutenção de Vias:
- Um Assistente Técnico. (Área dos Sistemas de Informação Geográfica).

Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como vos disse há pouco, do ponto de vista do pessoal, o município tem mantido alguma estabilidade. Temos vindo paulatinamente a perder trabalhadores por aposentação e estamos numa situação que não nos apresenta grandes dificuldades em abrir lugar nos nossos quadros quando tal se mostre necessário.

Para além do Jardim Público e esta zona em torno do castelo, têm vindo a crescer as áreas em que temos intervenção na gestão de jardins, parques, árvores e zonas verdes e não temos nenhum técnico especializado nesta área. Assim, a Câmara entende que será bom para o município a existência de um técnico superior na área da arquitetura paisagística que possa colaborar na gestão de jardins, árvores, parques e espaços públicos.

A segunda proposta que aqui fazemos tem a ver com uma questão de natureza tecnológica porque, cada vez que abrimos uma vala ou instalamos uma estrutura qualquer, é preciso que ela seja devidamente georreferenciada. Utilizando o GPS, ficaremos a saber exatamente onde as coisas estão, desde os tubos de esgoto até aos fios de telefone, e precisamos de um assistente técnico especializado nesta área para acompanhar as obras que se vão fazendo nas ruas, procedendo à georreferenciação de tudo o que lá é instalado. São estas as duas vagas que aqui vos propomos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não temos o hábito de nos manifestar acerca dos procedimentos de contratação de pessoal para a Câmara mas tenho uma dúvida acerca desta vaga específica para uma pessoa com formação em arquitetura paisagística. Apesar de perceber a explicação do senhor presidente da Câmara, não me parece que a Câmara esteja mal servida porque tem uma vereadora com formação base em engenharia florestal com sensibilidade para estas questões.

Sr. presidente da Câmara – Não é funcionária.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta que a maioria da gestão dos espaços verdes é feita pelos próprios funcionários da Câmara e a sua conceção é feita por projeto, pergunto se é mesmo necessária esta formação específica visto que, quaisquer novos espaços ficam sempre sujeitos a um projeto elaborado por um gabinete que tem os seus próprios técnicos.

Como temos defendido em várias circunstâncias a contratação externa, canalizando a força laboral da Câmara para aquelas outras áreas que não podem mesmo ser substituídas por fornecedores de serviços, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse melhor estas contratações. Até agora isto não tem funcionado mal e renovo até o elogio ao seu trabalho – porque têm, efetivamente, surgido espaços novos e bom gosto na sua escolha e requalificação – mas pergunto porquê isto, sabendo que há outras necessidades, talvez em áreas menos visíveis e mais administrativas e técnicas da Câmara, que o senhor presidente nos tem vindo a elencar noutras sessões da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Quando se abre um concurso público, nele devem constar as áreas técnicas similares e há, de facto, algum projeto que é feito dentro da própria Câmara. Como exemplo, cada vez que queremos mudar as plantas de uma qualquer rotunda ou proceder à decoração de um espaço verde, não temos necessariamente que contratar projetos fora devido a questões de despesa e situações de ordem contratual, por isso é útil termos alguém que faça uma gestão no dia a dia e seja capaz de orientar os nossos trabalhadores. Por outro lado, há um outro trabalho importante de decoração da cidade, como as flores que são colocadas nas floreiras e a sua gestão, assim como a orientação do nosso pessoal do ponto de vista técnico na área da arquitetura paisagística que temos em falta. Em tempos, tivemos alguém que esteve lá a fazer um desses estágios e a verdade é que o trabalho não tem corrido tão bem desde que essa pessoa foi embora, razão pela qual se chegou à conclusão que esta seria uma das vagas a preencher quando nos fosse possível.

A saída de pessoas do quadro gerou espaço orçamental para fazermos esta contratação sem aumento da despesa com pessoal e ficaremos melhor servidos se tivermos um bom técnico porque há coisas que necessitam de ser feitas todos os dias desde a poda das árvores até à escolha da espécie mais adequada para plantar aqui ou ali. A senhora vereadora não estará cá para sempre e eu também não porque somos transitórios, por isso precisamos de alguém que fique no quadro da Câmara e faça um acompanhamento técnico destes serviços do dia a dia.

O jardim quase duplicou a sua dimensão nestes últimos anos com o acrescentamento de todo este novo setor e adotámos uma imensa faixa verde que é toda aquela zona que vai desde o Fanal até à Baía. Tudo isto agora é gerido pela Câmara e temos também uma propriedade que se destina à instalação do jardim botânico ali por cima da Terra Chã onde a Câmara comprou terrenos também para esse fim.

Temos uma outra área grande para gerir ali por cima da Nasce-água, a zona onde existe aquele tanque e toda a encosta da serra até lá ao topo que foi adquirida pelo município, que

tem agora na sua posse, muitos e muitos hectares de terreno que precisam de uma gestão diária em termos de decisões sobre o que plantar, o que cortar e como cortar, algo que não se compagina com a aquisição de trabalhos a um técnico qualquer exterior à Câmara. Neste momento temos trabalho para alguém desta área que precisa de lá estar todos os dias e não lhe faltará que fazer.

Terminadas as intervenções e após a votação, a Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 – Adesão da Câmara Municipal à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea s), do n.º 1, do artigo 33.º, em conjugação com o disposto nos artigos 108.º e seguintes, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma associação que está em fase de constituição e visa formalizar aquilo que até agora era, digamos, um agrupamento dentro da Associação Nacional de Municípios que engloba um grupo de municípios que constitui a chamada «Secção dos Municípios com Atividade Tauromáquica». Acontece que toda a atividade deve ser gerida pelas regras da própria associação e não deixa liberdade suficiente a este grupo de municípios para algum tipo de atuações.

A situação dos municípios com atividade tauromáquica mesmo a nível nacional começa a ser relativamente desconfortável. A grande maioria dos municípios não faz parte deste setor e não vê algumas ações com bons olhos, razão pela qual, este grupo chegou à conclusão que seria melhor autonomizar esta associação e criar uma outra com personalidade jurídica autónoma que lhe permita um funcionamento separado da Associação Nacional dos Municípios, mantendo a outra secção. Uma coisa não substitui a outra, apenas a complementa, deixando aqui um maior grau de liberdade na sua ação.

Começa a sentir-se a nível nacional e regional que esta não é uma situação pacífica, algo que os municípios que representam populações onde a atividade tauromáquica tem importância, não encaram com ligeireza. Há aqui a necessidade de se criar também um *lobby* forte que permita uma participação sólida do ponto de vista público e os municípios envolvidos neste processo, entre os quais o de Angra do Heroísmo, chegaram à conclusão que era necessário partir para esta solução.

Com este Ponto 1.3 da nossa Ordem de Trabalhos pedimos autorização à Assembleia para sermos sócios fundadores desta instituição, sabendo que teremos um conjunto de complicações pela frente porque é necessário um visto e outras situações do ponto de vista legal que agora se iniciam. Este é o primeiro passo no sentido de se criar uma associação a nível nacional que represente estes municípios, tenha autonomia, total liberdade de ação e a participação cívica necessária para defender este ponto de vista.

Sra. d. m. Brites Cunha – Esta adesão faz todo o sentido, uma vez que a tauromaquia foi declarada património cultural e imaterial aqui do município. O CDS-PP vê com muito bons olhos tudo que se possa fazer no sentido de encontrar mecanismos de criação de um *lobby* forte, sabendo-se que a tauromaquia tem sido atacada pelas mais diversas vias e importa a quem se interessa. Somos uma cidade orgulhosamente aficionada e devemos fazer o que nos compete na sua defesa.